

O QUE É ESCREVER BEM?

Prof. Dr. Ir. Elvo Clemente

Em momentos de tranqüilidade recordam-se mestres da Língua Portuguesa recentemente falecidos tais como Glástone Chaves Melo, em 7/12/2001. Recordo com saudade a sua vinda a Porto Alegre em julho de 1953, homenageado pelos professores de nossa Universidade. Era vibrante a sua palavra, agradável a sua maneira de dissertar sobre tema gramatical, histórico, estilístico ou religioso. As palavras vinham-lhe com facilidade, as comparações e as metáforas surgiam ao natural. Era mestre de bem escrever e de falar. Alcançara essa habilidade graças a seus anos de diuturnos e perseverantes estudos e leituras. Num belo texto, em seu livro ENSAIO DE ESTILÍSTICA da Língua Portuguesa, se lê: "Falar ou escrever bem é escolher com justeza as palavras, as construções, o ritmo. Para tanto, necessário é saber pensar e ter gosto: *esprit de géométrie* e *esprit de finesse*, conforme dizia Blaise Pascal. Trata-se de descobrir e exercitar, tomar consciência e formar o habitus, tarefa da escola, da família, de cada um para si mesmo. Tarefa nobre e esquecida hoje, quando já não se ensina a língua, não se forma o gosto e – muito mais grave – se estimula a confusão mental e a subversão das hierarquias nacionais".

Por isso mesmo é atualíssimo o estudo da Gramática e o estudo da Estilística, como remédio a um mal crescente e avassalador". Essas palavras eram publicados em livro de 1975. O que se observa 28 anos depois? Onde está a leitura correta e gostosa em sala de aula e em casa? Onde está a preparação da redação (descritiva, narrativa ou dissertativa)? Admiramo-nos de ver o Brasil entre os países de menor letramento em Língua Portuguesa e em Matemática. As crianças, os adolescentes e os jovens não são treinados a pensar, a refletir sobre pequenos textos, sobre pequenas narrativas, pequenas fábulas. O pensar, o refletir não surgem espontaneamente nos pequenos cérebros. Vêm-me à mente a lamentação do profeta Jeremias: "A terra de meu povo está desolada porque não há quem medite, quem saiba pensar..." Como é que formaremos um povo pensante se ninguém se preocupa em formar os pequenos? Prezados colegas, não desanimemos, juntemos forças, embora pequenas, são sempre forças para salvar os adolescentes e jovens que estão em salas de aula. Pelo bom exercício da fala e da escrita em língua vernácula podemos formar as pessoas que falam e escrevem corretamente e assim saibam conduzir seus passos no bem, na virtude da verdadeira cidadania.

Uma proposta de análise em sintaxe da enunciação

Elisângela Rosa dos Santos*

Resumo – Este artigo propõe a constituição de uma sintaxe não como programa de explicação da linguagem, mas sim como meio a serviço da significação. Baseado fundamentalmente nos dois tomos dos *Problemas de lingüística geral*, de Émile Benveniste, e na contribuição de teóricos que se dedicam ao estudo de sua obra, enfoca as orações relativas produzidas nas mais diversas situações enunciativas, as quais se constituem em tipos de enunciados que se prestam à análise do ponto de vista sintático a ser abordado, tomando por base o referencial teórico-metodológico benvenistianiano.

1 Introdução

Enfocamos neste artigo¹ as orações relativas produzidas nas mais diversas situações enunciativas, como na produção textual de alunos,² nos textos publicados em jornais e revistas, no texto legal,³ em anúncios publicitários e informes turísticos, tipos de enunciados que, a nosso ver, prestam-se à análise do ponto de vista sintático-semântico a ser abordado em nossa pesquisa. Nosso interesse principal não recai sobre questões de tipologia ou de gênero textual, e sim sobre a ocorrência das estruturas oracionais relativas em determinada situação enunciativa.

* Professora de Língua Portuguesa na Escola Leonardo da Vinci, de Porto Alegre. e-mail: elisantos@cpovo.net

¹ Este artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada *Sintaxe e significação: um estudo enunciativo das orações relativas no português*, defendida em outubro de 2002, no Instituto de Letras da UFRGS, sob a orientação do Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores.

² Os textos dos alunos que serviram de fonte de coleta para o *corpus* desta pesquisa foram produzidos em duas situações distintas: nas aulas de Língua Portuguesa da Escola Leonardo da Vinci (segundo ano do Ensino Médio) e no Concurso Vestibular da UFRGS de 2002.

³ Os enunciados jurídico-legais foram coletados da Constituição Federal Brasileira (CF).

Nosso procedimento de coleta do *corpus* encontra respaldo na obra de Jacqueline Authier-Revuz (1998, p. 165-173), que age de forma semelhante ao selecionar os enunciados para sua análise metaenunciativa. A autora recorre a enunciados tanto orais quanto escritos, selecionados nas mais diversas situações, registrando, inclusive, falas de sujeitos em metrô, salas de espera de consultório, conferências, etc.

De maneira geral, podemos dizer que passar da consideração da língua, concebida como “ordem própria”, sistema finito de unidade e de regras de combinação do qual a lingüística tem por objetivo uma constante atualização através de procedimentos regrados [...], à consideração da fala, do discurso, é abandonar um domínio homogêneo, fechado, onde a descrição é da ordem do *repetível*, do “UM”, por um campo duplamente marcado pelo NÃO-UM, pela *heterogeneidade teórica* que o atravessa, a língua articulando-se ao sujeito e “ao mundo”, e pelo caráter *não-repetível* da compreensão que dele se pode ter, inevitavelmente afetada pela subjetividade e pela incompletude.

Flores (2001, p. 59), em um estudo dos princípios para a definição do objeto da lingüística da enunciação, também aborda a questão relativa ao estabelecimento do *corpus* para análises realizadas pelo viés enunciativo, ratificando nossa posição e, inclusive, mencionando o procedimento de Authier-Revuz:

Estou falando em fatos e não em dados como, normalmente, se conceitua o *corpus* em lingüística, porque realmente não se trata de algo “dado” enquanto evidência, mas do produto de um construto teórico. Assim é que, para se fazer uma análise enunciativa da língua, ou se pode adotar uma das teorias da enunciação – o que já é um ponto de vista – ou se pode construir, teoricamente, uma forma de analisar os fatos de acordo com a concepção adotada sobre a cena enunciativa.

Se, depois disso, o cientista quiser relacionar as formas lingüísticas com outras questões de seu interesse – como faz Authier-Revuz em relação à *economia lingüística* e a *manifestações de posições enunciativas particulares a discursos, gêneros, sujeitos* – fará isso a partir das formas próprias da língua. Estudar a língua nesses termos é considerá-la constitutivamente marcada pela enunciação.

Pensamos que as reflexões desses dois autores corroboram o método de seleção do *corpus* por nós adotado, bem como o fato de que nossa ênfase não está na quantidade de enunciados a serem analisados, e sim em sua representatividade ao possibilitar a relação entre as formas materializadas pelas orações relativas e as

questões próprias da teoria da enunciação de vertente benvenistiana.

2 Metodologia de análise

Para a realização das análises, foram selecionados enunciados nos quais verificamos a ocorrência de orações relativas, tanto restritivas quanto explicativas, introduzidas predominantemente pelos pronomes *que, qual, quem, cujo* e *onde*. Não foi incomum encontrarmos, entre os textos lidos, uma ocorrência múltipla das construções relativas. Concordamos com Lichtenberg (2001, p. 152) quando afirma que todas as ocorrências verificadas na seleção do *corpus* de uma determinada pesquisa – e outras mais, se isso fosse possível – poderiam ser analisadas, visto que cada enunciado é único e irrepetível; por isso mesmo, porém, uma análise em termos quantitativos não esgotaria todas as possibilidades de *emprego* das formas analisadas na *língua em uso*.

Em alguns casos, os enunciados – os recortes enunciativos utilizados para análise – são consideravelmente longos, o que se justifica por mobilizarmos da maneira mais completa possível o contexto discursivo em que ocorrem, procurando estabelecer as relações entre as orações relativas e os demais elementos que integram o enunciado, entendido como *produto da enunciação e unidade de significação*. De modo esquemático, as análises contemplam os três aspectos que julgamos fundamentais em nosso estudo:

1) *a frase* (contendo a estrutura do sintagma, o tipo de antecedente, a função sintática desempenhada pelos pronomes, a função sintático-semântica da oração relativa em questão, etc.);

2) *o sentido e a referência* (verificando de que modo esses dois aspectos podem ser mobilizados em termos de análise das relativas);

3) *eu-tu, aqui e agora* (analisando a ocorrência desse paradigma no contexto dos enunciados analisados).

3 Objetivos e critérios de análise

Em termos sintáticos, utilizamo-nos de critérios como a noção de estrutura formal das relativas proposta por Perini (1996), a noção de pronomes com função periférica ou nuclear de Moura Neves (2000), a noção de classificador, subclassificador e qualificador de Liberato (2001) e a noção de orações adjetivo-adverbiais proposta por Hany (1993). Como nosso objetivo principal consiste em

observar como se comportam as orações relativas quando situadas em um quadro teórico-metodológico da enunciação, mobilizamos o suporte que Benveniste propõe a partir de seu aparelho formal da enunciação, representado pelo paradigma *eu-tu, aqui e agora*.

Os objetivos gerais das análises realizadas consistem, basicamente, em propor uma *sintaxe da enunciação* que implique considerar o sentido como sendo central no dispositivo sintático de uma língua (em nosso caso particular, o português) e, em decorrência disso, verificar a possibilidade de constituir a sintaxe não como programa de explicação da linguagem, mas como meio a serviço da significação. Em outras palavras, um de nossos propósitos é analisar em que medida é possível ultrapassar a descrição sintática das diferenças formais e chegar ao ponto que, a nosso ver, fundamenta realmente tais diferenças – a *significação*. Para tanto, mobilizamos a teoria da enunciação desenvolvida por Benveniste, valendo-nos deste como nosso referencial teórico e metodológico, e elegemos como fenômeno lingüístico de análise as orações relativas.

Cabe ressaltar que a questão sintática eleita por nós para ser analisada neste trabalho não é casual: a frase relativa constitui para Benveniste um problema de *sintaxe geral*, na medida em que “a diferença entre os tipos lingüísticos manifesta-se justamente na organização diferente das partes da frase e na relação sempre diferente entre a função sintática e os elementos formais que a exprimem” (PLG I, p. 228). Desse modo, no interior das relativas há uma forte carga de significação que, em nossa opinião, merece ser pesquisada mais aprofundadamente da perspectiva da enunciação. Além disso, tal proposta também se torna relevante por articular um item específico como é o da sintaxe a outras questões mais amplas que a ela estão associadas, como a noção de frase, o valor semântico de determinadas palavras (como os pronomes relativos), a questão da referência, as relações estabelecidas entre a sintaxe e o modelo proposto por Benveniste em termos de *eu-tu, aqui e agora*.

O desdobramento dos objetivos gerais leva-nos à proposição dos objetivos específicos, uma vez definido o escopo de nossa análise empírica, a saber: salientar a estreita relação entre *sintaxe* e *semântica*, considerando que a carga semântica das frases relativas permite que sejam analisadas do ponto de vista do locutor a respeito do antecedente, e analisar as implicações que o uso das orações relativas acarreta na língua considerada do ponto de vista da enunciação, ou seja, a *língua em uso*.

4 Análises

Apresentamos a seguir uma amostra com cinco enunciados (EDO 1, EDO 2, EDO 3, EDO 4 e EDO 5) analisados sob a ótica da significação sem, contudo, prescindir do aparato sintático que lhes é característico. Como já foi dito, nosso objetivo é mostrar que o estudo das orações relativas, alicerçado nos pressupostos de uma teoria enunciativa, consiste em procurar em cada enunciado, *único e irrepetível*, os traços que revelam o sentido que o sujeito atribui a essas orações, criando uma referência única concernente ao paradigma *eu-tu, aqui e agora*.

EDO 1 Se você está pensando em encarar 800 quilômetros da rota medieval espanhola, uma boa dica é visitar a Associação Brasileira de Amigos do Caminho de Santiago de Compostela, uma confraria que ajuda com informações, palestras, cursos e viagens preparatórias para todos os interessados. (informe turístico)

A oração relativa destacada apresenta a seguinte estrutura interna: articulação de um elemento nominal inicial (*uma confraria*) + um pronome relativo (*que*) + uma estrutura oracional aparentemente incompleta (*ajuda com informações, palestras, cursos e viagens preparatórias para todos os interessados*), formando uma seqüência que é um SN. Pelo fato de estar separada do restante da frase por vírgula, é classificada pelas gramáticas tradicionais como explicativa.

Quanto às características do pronome relativo *que*, este se refere a coisa, possui antecedente constituído por um SN (substantivo com determinante = *uma confraria*) e desempenha função nuclear (*sujeito*) no enunciado.

Se analisássemos essa oração apenas do ponto de vista tradicional, diríamos que ela é uma explicativa, ou seja, enuncia uma particularidade do antecedente em questão (*Associação Brasileira de Amigos do Caminho de Santiago de Compostela*), sem que tal particularidade intervenha na identificação prática do mesmo. Todavia, se considerarmos a estrutura oracional *que ajuda com informações, palestras, cursos e viagens preparatórias para todos os interessados* do ponto de vista enunciativo, veremos que ela tem uma dupla função:

1^a) Por um lado, desempenha uma função semântica restritiva em relação ao seu antecedente direto (*uma confraria*), servindo para identificá-lo como uma subclasse dentro de uma classe maior. Temos aí um SN descritivo que fornece uma descrição mais detalhada do antecedente para distingui-lo de outros possíveis no univer-

so discursivo: no universo mais amplo das confrarias, há uma que serve para ajudar especificamente as pessoas interessadas em percorrer o famoso Caminho de Santiago.

2ª) Por outro lado, desempenha uma função semântica explicativa em relação à primeira entidade à qual se refere: a *Associação Brasileira de Amigos do Caminho de Santiago de Compostela*. Por ser um nome próprio, esse referente já está delimitado independentemente do conteúdo informativo proporcionado pela oração relativa; porém, é inegável que esta serve para auxiliar o interlocutor em sua tarefa de identificar de forma precisa e adequada o referente em questão.

Portanto, no quadro de um aparelho formal da enunciação, podemos dizer que a oração relativa destacada tem um caráter restritivo em relação ao antecedente direto (*uma confraria*), delimitando-o para o locutor e identificando-o para o interlocutor, ao passo que tem um caráter explicativo em relação ao outro antecedente (*a Associação Brasileira de Amigos do Caminho de Santiago de Compostela*), identificando-o para o interlocutor, ainda que não intervenha em sua delimitação.

Na verdade, o SN *uma confraria* substitui lexicalmente o nome próprio *Associação Brasileira de Amigos do Caminho de Santiago de Compostela*; por isso, tudo o que se refere à confraria também se refere à Associação. Outro dado importante a ser ressaltado, o qual integra as condições de produção desse enunciado como um todo, é que se trata de um informativo turístico, isto é, fica implícita a intenção do locutor de persuadir um possível interlocutor a realizar uma determinada viagem, mais especificamente os *800 quilômetros da rota medieval espanhola* que compõem o chamado Caminho de Santiago. Nesse sentido, toda informação que possa ser fornecida para justificar a dica de visitar a Associação Brasileira de Amigos do Caminho de Santiago de Compostela será pertinente e ajudará, de fato, na identificação mais precisa desse referente por parte do interlocutor.

EDO 2 Os Correios não divulgam, mas existem formas de economizar no envio de correspondência. De pessoa física para pessoa física, uma carta simples para qualquer lugar do Brasil, em envelope leve com até duas folhas, pode custar apenas um centavo. Isso mesmo, R\$ 0,01. Basta acrescentar no envelope, logo abaixo do CEP, a expressão "Carta Social". São normas dos Correios de que poucos têm conhecimento. (*Jornal da Cidade*, Belo Horizonte, 30/05/2002, p. 11)

A oração iniciada pelo pronome relativo precedido de preposição (*de que*) exprime uma propriedade (*trata-se de normas dos Correios*) à qual se atribui um predicado (*essas normas são conhecidas por poucos*). Portanto, o relativo refere-se a coisa, constituindo-se em um fórico, ou seja, possui um antecedente (*normas dos Correios*), e desempenha uma função periférica (complemento nominal da expressão *ter conhecimento de*) no enunciado.

A oração relativa é restritiva, pois a informação por ela introduzida serve para identificar um subconjunto (*as formas específicas para economizar no envio de correspondência*) dentro de um conjunto maior (*as normas gerais de envio de correspondência dos Correios*). O antecedente, expresso por um SN, tem seu conteúdo explicitado pelos elementos que compõem o recorte enunciativo e é condensado em um único termo: *normas dos Correios*.

O conteúdo semântico desse antecedente é representado pelo procedimento que as pessoas podem adotar no envio de sua correspondência (salienta-se a ressalva *de pessoa física para pessoa física*), mas que *os Correios não divulgam*. Inclusive, na construção relativa, caberia bem a inserção de um anafórico, como é o caso do pronome demonstrativo *essas*: *Essas são normas de que poucos têm conhecimento*.

Assim, partindo do pressuposto de que o classificador é aquele elemento que delimita a classe mais ampla em que o referente é enquadrado em uma determinada descrição, podemos depreender que sua função não é determinada apenas pelas características atribuídas ao referente, mas também abrange o modo como o sujeito organiza hierarquicamente as classes em uma descrição particular. Em outras palavras, a função semântica do SN *normas dos Correios*, restringido pela relativa *de que poucos têm conhecimento*, é delimitada por todo o contexto enunciativo anterior no qual está inserido.

Então, o processo descrito no enunciado serve para situar o interlocutor e ajudá-lo a co-referir juntamente com o locutor. No quadro do aparelho formal da enunciação, a oração relativa restritiva tem a dupla função de enfatizar o conteúdo semântico da primeira frase do enunciado – *Os Correios não divulgam, mas existem formas de economizar no envio de correspondência* – e de explicitar a simplicidade do procedimento envolvido por essas normas – *Basta acrescentar no envelope, logo abaixo do CEP, a expressão "Carta Social"*. Podemos entrever aí um retorno à idéia contida no início do enunciado, que poderia ser lida do seguinte modo: *Estas são normas dos Correios de que poucos têm conhecimento, porque os Correios não as divulgam*.

EDO 3 É crucial o domínio do padrão culto da língua portuguesa como suporte para um bom desempenho social. Profissionalmente, devido à competição, a falta desse domínio poderá significar talvez a desvantagem de um indivíduo em relação a outro. Então, nós **que pertencemos à classe mais privilegiada da sociedade** pensamos que o domínio da nossa língua é fundamental para ter sucesso na vida. (redação de aluno – Escola Leonardo da Vinci)

A oração relativa em destaque apresenta a seguinte estrutura interna: pronome relativo (*que*) + estrutura oracional aparentemente incompleta (*pertencemos à classe mais privilegiada da sociedade*) + elemento nominal inicial (*nós*). Articulados, esses elementos formam um SN.

Quanto à sua tipologização, o pronome relativo *que* refere-se a pessoa, tendo como antecedente um pronome pessoal (*nós*) e desempenhando uma função nuclear (*sujeito*) no enunciado.

Quanto à sua classificação, a oração relativa é restritiva. Pelo fato de esse tipo de oração restringir a extensão de seu antecedente, este não pode ter unidade referencial, não sendo nunca constituído por palavras com função identificadora, como os nomes próprios e os pronomes de primeira e segunda pessoa.

Ocorre que, no enunciado em questão, o antecedente é representado pelo pronome pessoal *nós*, o que, teoricamente, limitaria ao uso de uma oração explicativa e do pronome *que* com função de qualificador, fornecendo características do referente, mas sem ser utilizado em sua delimitação. No entanto, o pronome *que* desempenha uma função de subclassificador, isto é, delimita a subclasse de uma classe mais ampla na qual o referente é enquadrado (*classe das pessoas socialmente privilegiadas*), englobando outras subclasses possíveis no contexto enunciativo (*aquelas pessoas que dominam o padrão culto da língua portuguesa*). Temos, assim, a ocorrência de uma função restritiva.

Em sua reflexão sobre a importância do domínio do padrão culto da língua portuguesa, o locutor inclui-se no grupo de pessoas que são socialmente privilegiadas e restringe esse mesmo grupo representado pelo pronome *nós*. A forma desse antecedente é determinada por sua função referencial, a qual contribui para o processo de delimitação do mesmo. No contexto discursivo, percebemos o modo como o sujeito agencia sintaticamente os elementos que compõem a oração *nós que pertencemos à classe mais privilegiada da sociedade*, causando um efeito restritivo “inesperado”, por assim dizer, com o tipo de antecedente que é usado e uma progressão no

conteúdo semântico do antecedente *nós*, um fato lingüístico difícil de ser pensado em termos estritamente sintáticos.

EDO 4 Aquele **que explorar recursos minerais** fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei. (CF, art. 225, inciso VI, § 2º)

A estrutura interna da oração relativa em destaque é: pronome relativo (*que*) + estrutura oracional infinitiva (*explorar recursos minerais*) + elemento nominal inicial (*aquele*). Segundo suas características sintáticas, é classificada como oração relativa restritiva ou não-apositiva.

O pronome relativo *que* refere-se a pessoa e é um fórico, ou seja, apresenta antecedente constituído por um pronome demonstrativo (*aquele*). Além disso, desempenha uma função nuclear (*sujeito*) no enunciado.

A informação apresentada pela relativa serve para identificar um subconjunto dentro do conjunto de indivíduos: *o daquele que explorar recursos minerais*. Temos aí um caso típico de oração relativa restritiva desempenhando a função semântica de subclassificador, isto é, serve para delimitar a descrição da subclasse na qual se enquadra o antecedente (tarefa do locutor) e identificar com precisão esse mesmo antecedente em uma classe mais ampla (tarefa do interlocutor). Essas tarefas remetem ao papel do par eu-tu no enunciado.

Ampliando a análise dessa construção relativa, podemos dizer que ela contém uma pressuposição hipotética, reforçada pelo fato de ser uma oração relativa restritiva com forma verbal no infinitivo. Assim, a ocorrência *Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado* pressupõe que *Alguém fica obrigado a recuperar o meio ambiente se explorar recursos minerais*. Portanto, é possível inferir que essa oração relativa expressa uma circunstância de condição, um outro sentido possível além do meramente qualificativo.

EDO 5 Antônio Gonçalves da Silva, o famoso cordelista Patativa do Assaré, morreu aos 93 anos, na última segunda-feira [08/07/2002], de falência múltipla dos órgãos, em decorrência de uma pneumonia. Faleceu na cidade cearense de Assaré, **onde nasceu**. Foi um mestre em abordar temas como a seca e a vida sertaneja. Tornou-se conhecido em todo o País na voz de Luiz Gonzaga, **que musicou os seus versos de A triste partida**. Cego de um olho desde os quatro anos, Patativa só frequentou uma escola em sua vida durante seis meses. Raramente utilizava papel e caneta para compor, porque guardava os

Neste recorte enunciativo, temos a ocorrência de duas construções relativas: *onde nasceu* e *que musicou os seus versos de A triste partida*.

Na primeira ocorrência, o pronome relativo *onde* indica lugar e é um fórico, sendo empregado com antecedente (o nome próprio *Assaré*) e equivalendo, por isso, à expressão locativa *em que*. Desempenha uma função nuclear no enunciado, podendo ser substituído pela estrutura oracional *cidade em que/na qual nasceu*.

A delimitação de um referente pode envolver a descrição de outros referentes como, por exemplo, em *a cidade cearense de Assaré*. A classe mais ampla em que se enquadra o referente é *cidade*, que é, então, o classificador. Porém, a descrição desse referente envolve outros qualificadores (*cidade cearense de Assaré*), que organizados hierarquicamente indicam a cidade na qual nasceu e morreu um reconhecido artista nordestino. Sendo assim, cada unidade lexical contém em si uma matriz semântica que carrega o seu sentido, porém sua função na identificação de um referente só pode ser determinada no enunciado ou, em outras palavras, *na língua em uso*.

Na segunda ocorrência, a oração explicativa *que musicou os seus versos de A triste partida* é introduzida pelo pronome relativo *que*, um fórico que tem como antecedente um nome próprio (*Luiz Gonzaga*) e desempenha uma função nuclear (*sujeito*) no enunciado. Tal como na outra oração restritiva, também esta não restringe uma subclasse na descrição do referente, nesse caso representado por um nome próprio, mas acrescenta-lhe uma informação que pode ser utilizada pelo interlocutor em sua tarefa de identificação adequada do referente.

No quadro do aparelho formal da enunciação, esse recorte enunciativo como um todo caracteriza-se por sua função descritiva e qualificativa: da maneira como são agenciados, todos os elementos que o compõem convergem para uma descrição mais detalhada de um fato em especial – a morte do cordelista cearense Patativa do Assaré – e de informações que se ligam a esse fato – como a menção a Assaré, cidade natal do artista, e a Luiz Gonzaga, outro célebre artista nordestino, parceiro musical de Patativa do Assaré.

5 Considerações finais

Os elementos que entram na formação da frase ou do enunciado são agenciados pelo sujeito através de um aparelho formal que está à sua disposição – incluindo aí a sintaxe – e do qual ele se apropria para colocar a língua em funcionamento. Esses elementos, assim agenciados, adquirem *sentido*. Talvez esta seja a diferença mais sensível ao passarmos do nível do signo para o nível da frase: no primeiro, os signos têm um sentido que lhes é inerente, porém restrito; no segundo, esse sentido torna-se mais amplo justamente quando as palavras articulam-se na frase por meio do papel sintático que nela podem desempenhar.

Essa característica leva-nos, invariavelmente, ao paradigma que põe toda essa estrutura em funcionamento: *eu-tu, aqui e agora*. Assim, temos que o enunciado é a unidade de significação do discurso porque expressa uma idéia do sujeito em uma determinada situação enunciativa. Logo, mobilizamos outros dois elementos fundamentais para que esse quadro possa compor-se: a *referência* e a *significação*. Significação e sujeito são noções que estão ligadas pela referência, cujo centro é o próprio sujeito expresso no enunciado. Todos esses elementos juntos permitem-nos ultrapassar a descrição sintática das variáveis formais que constituem a língua para integrar a própria sintaxe no aparelho formal da enunciação. Esta, por sua vez, é um arranjo também promovido pelo sujeito e participa efetivamente da construção do discurso, possibilitando um retorno a ele próprio.

Os componentes têm um sentido, porém o todo depende de uma outra ordem, a da referência. Entendemos, assim, que o aparelho formal da enunciação das relativas deve ser analisado a partir dos elementos que integram esse tipo de frase, como a estrutura do sintagma, as características do antecedente, a função sintática desempenhada pelo pronome relativo e a função sintático-semântica das orações relativas estudadas.

Ao ampliarmos essa noção de referência para os âmbitos da palavra e da frase, teremos que a referência da palavra (independentemente do *sentido*) é um objeto particular ao qual ela corresponde no uso concreto, e a referência da frase é o estado de coisas que a provoca, uma dimensão referencial em dada situação. Logo, não há referente que seja independente da linguagem. Todas essas condições iniciais regem o mecanismo da referência no processo de enunciação, criando uma situação singular para que esta ocorra.

Em suma, podemos relacionar todas essas questões teóricas ao fenômeno lingüístico representado pelas orações relativas: elas

constituem as formas a serem empregadas conforme um conjunto de regras fixadas pelas condições sintáticas nas quais ocorrem, por exemplo, o fato de serem classificadas como restritivas e explicativas pela maior parte das análises tradicionais e até mesmo não-tradicionais. Não questionamos tal denominação; inclusive, não é nosso objetivo questionar a nomenclatura referente a esse tópico gramatical.

Na verdade, o que realmente nos interessa é verificar, seguindo a proposta de Benveniste, como se dá a articulação entre essa forma que as orações relativas representam e a significação decorrente do emprego que o locutor pode vir a fazer delas em uma situação real de uso da língua. Apenas a título de ilustração, pensamos ser emblemática a possibilidade de pensarmos as relativas como orações que podem ser empregadas com um sentido de “circunstancialidade”, subvertendo, de certa forma, seu sentido primeiro e mais genérico de “atribuição ou qualificação” ao antecedente a que se referem. Somente o emprego efetivo das orações relativas é capaz de viabilizar pensá-las não só em termos de funções tipicamente desempenhadas pelos adjetivos, mas também em termos de circunstância (causa, condição, finalidade).

As evidências trazidas pelas análises servem para demonstrar que o efeito explicativo ou restritivo das orações relativas não é dado *a priori* por sua estrutura formal (como o fato de as explicativas virem entre vírgulas, aspecto tão fortemente ressaltado pelas análises mais tradicionais), e sim pelo sentido que elas adquirem na *língua em uso*. De fato, é o emprego que o sujeito faz desse tipo de construção sintática, e não sua forma exclusivamente, que determina a função semântica que elas podem vir a desempenhar no enunciado.

Referências

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. 4. ed. São Paulo: Pontes/Editora da Unicamp, 1995.
- . *Problemas de lingüística geral II*. São Paulo: Pontes, 1989.
- FLORES, Valdir. Princípios para a definição do objeto da lingüística da enunciação: uma introdução (primeira parte). *Letras de Hoje*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 36, n. 4, p. 7-67, dez. 2001.
- HAUY, Amini. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1993.

LIBERATO, Yara. A estrutura do SN em português. In: DECAT, M. B. N. et al. *Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

LICHTENBERG, Sônia. *Usos de indefinidos do português: uma abordagem enunciativa*. Porto Alegre, 2001, 243 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000.